

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**  
(Do Sr. JOSENILDO)

Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para garantir licença às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 97 Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

*IV - por 2 (dois) dias consecutivos, a cada mês, em caso de sintomas graves associados ao fluxo menstrual, após homologação pela medicina ocupacional ou do trabalho.*  
(NR)

Art. 2º. O art. 473 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

*XIII – por 2 (dois) dias consecutivos, a cada mês, em caso de sintomas graves associados ao fluxo menstrual, após homologação pela medicina ocupacional ou do trabalho.*  
(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação



## JUSTIFICAÇÃO

Cada vez mais, a evidência científica sugere que as dores menstruais podem reduzir a produtividade das mulheres no trabalho. Além das cólicas, elementos como fluxo menstrual intenso, fadiga, inchaço, enjoo, dor de cabeça e mudanças de humor também afetam a disposição e o desempenho profissional.

Para compreender melhor o impacto da menstruação na vida das mulheres, pesquisadores dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha investigaram como esse período influencia a produtividade no trabalho. Publicado em dezembro de 2022 no periódico Digital Health, o estudo revelou que 89,3% das mulheres afirmaram que a menstruação afeta seus níveis de energia e produtividade no trabalho; 86,9% relataram mudanças de humor; 77,2% mencionaram alterações na concentração; e 71,6% relataram falta de interesse no trabalho.

Além disso, 48,4% das mulheres afirmaram não receber apoio de seus superiores para questões relacionadas ao ciclo menstrual, e 94,6% não têm acesso a programas de bem-estar que poderiam ajudar nesses casos. Mais de três quartos (75,6%) das participantes expressaram desejo de que benefícios desse tipo fossem implementados pelas empresas.

No Brasil, a incidência de mulheres que sofrem com dor menstrual está próxima da média internacional, entre 70% e 90%. Segundo o estudo Disab (Dismenorreia & Absenteísmo no Brasil) da MedInsight, 33 milhões de brasileiras sofrem com cólicas primárias, o que impacta diretamente a produtividade e resulta em absenteísmo.

A proposta apresentada alinha-se com medidas já adotadas em outros países, ainda que poucos, para atender às necessidades das mulheres no mercado de trabalho, oferecendo uma solução para os desafios enfrentados durante a menstruação. Um exemplo de países que legalmente garantem alguma forma de licença menstrual para mulheres no mercado de trabalho é a Espanha, que recentemente se tornou o primeiro país ocidental a oferecer licença médica para mulheres com cólicas menstruais graves.



A licença menstrual é de baixo custo de implementação e tem um impacto significativo no bem-estar das funcionárias, reconhece a importância desse processo biológico básico para as mulheres e proporciona o cuidado necessário durante esse período sem prejudicar sua estabilidade no emprego, a remuneração, e ainda sem compensação dos dias, contribuindo para a equidade de gênero no local de trabalho e melhorando a saúde laboral.

Ante o exposto, solicito aos nobres Pares o apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2024.

Deputado **JOSENILDO**  
Relator

